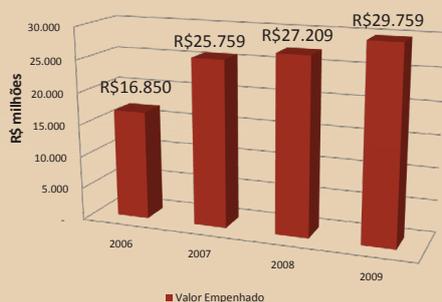


Transferências Voluntárias e para o setor privado

O TCU realizou uma análise para acompanhar a evolução das transferências da União a estados, municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs), via convênios, contratos de repasse, termos de parceria, acordos de cooperação e termos de compromisso. Em todas essas situações exige-se a posterior prestação de contas pelos entes que utilizam os recursos federais.

O Gráfico 1 revela que de 2006 a 2009 o valor empenhado para o conjunto das transferências de recursos mediante convênio e outros meios cresceu 77% em valores correntes, passando de R\$ 16,85 bilhões em 2006 para R\$ 29,75 bilhões em 2009. Ao longo da série analisada, os Municípios receberam a maior parcela de valores empenhados com um total de R\$ 44,94 bilhões dos R\$ 99,58 bilhões repassados.

Gráfico 1 - Valores empenhados em transferências a estados, municípios, DF, instituições privadas e organismos internacionais mediante convênios e instrumentos congêneres, em R\$ milhões correntes

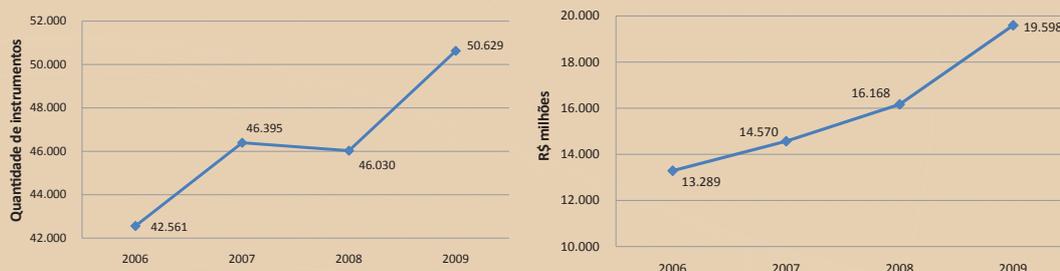


	2006	2007	2008	2009
Estados e Distrito Federal	4.503	9.770	10.993	11.219
Municípios	7.752	11.041	11.728	14.423
Instituições Privadas	3.096	3.499	3.301	3.056
Instituições Multigovernamentais e ao Exterior	1.498	1.448	1.186	1.061
Valor Empenhado	16.850	25.759	27.209	29.759

Fonte: Síntese e Siafi Gerencial. Dados tratados por TCU.

De 2006 a 2009 a quantidade de prestações de contas não analisadas cresceu 19%, enquanto que o valor total associado a estas prestações cresceu 47%. O número de processos de contas em estoque equivale a 1,5 o de transferências firmadas em 2007, quando se observou o maior número de instrumentos acordados, nos últimos quatro anos.

Gráfico 2 - Quantidade de prestações de contas não analisadas em 31/12 de cada ano e valores totais das Transferências de que tratam estas prestações de contas, em R\$ milhões correntes



Fonte: Síntese e Siafi Gerencial, dados tratados por TCU.

Também cresceu o número de prestações de contas não apresentadas pelos recebedores dos recursos federais, no prazo legalmente previsto: de 5.546 prestações de contas totalizando recursos de R\$ 2,80 bilhões em 2006 para 6.132 e R\$ 4,50 bilhões em 2009. Os registros do Siafi indicam que em 31 de dezembro de 2009 havia 56.761 prestações de contas não analisadas, ou ainda não apresentadas pelos convenientes apesar do prazo para sua apresentação ter se esgotado. O valor associado a essas prestações de contas era de R\$ 24,09 bilhões.

Nos últimos anos, o TCU realizou várias fiscalizações para avaliar os modelos de controle dessas transferências. Foram encontradas diversas fragilidades, principalmente no que se refere à falta de pessoal capacitado e à infraestrutura tecnológica. Dada a complexidade do problema, o TCU deixou a cargo do Executivo a apresentação de um plano de ações para solucioná-lo.

A estratégia do Poder Executivo traduz-se até o momento em investir em tecnologia. A principal medida adotada foi a criação do Portal dos Convênios e do Sistema de Gestão de

Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e sua integração parcial ao Siafi. O cronograma de implantação das medidas previstas pelo Governo está atrasado.

Até o início de maio de 2010, não havia registros completos nos sistemas integrados da União que possibilitassem verificar a quantidade e o valor total das transferências voluntárias firmadas em 2009. Por essa razão, o TCU recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que priorize a completa implementação do Siconv, a fim de ampliar a capacidade da União de medir e acompanhar os resultados das descentralizações das políticas públicas.

No entanto, apenas isto não basta. A implantação do Siconv não irá contribuir para a redução do estoque de mais de 50 mil processos de prestações de contas não analisadas que somam R\$ 19,6 bilhões de recursos federais. Segundo informações do MPOG, somente após o desenvolvimento dos sistemas de TI é que o órgão pretende implantar medidas para a melhoria na gestão do quadro de pessoal responsável por analisar as contas dos convênios.

Para avaliar a demanda de trabalho associada ao estoque de contas não analisadas nos principais órgãos repassadores de recursos via convênios e instrumentos congêneres, o TCU calculou, em cada instituição analisada, quantos processos cada servidor efetivo precisaria analisar para zerar o estoque em seu órgão. Em termos globais, considerando que no total da amostra há 44.455 contas não analisadas, no valor global de R\$ 16 bilhões, para que esse estoque fosse zerado seria necessário que, em média, cada servidor efetivo analisasse 42 prestações de contas, no valor médio de R\$ 15 milhões.

A Tabela 1 apresenta os valores calculados e revela que existe um sério problema de alocação de servidores. Enquanto cada um dos cinco servidores efetivos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça precisaria analisar 126 prestações de contas do Fundo Nacional de Segurança Pública para eliminar o estoque de contas não analisadas, no Incra, cada um dos 172 servidores efetivos precisaria analisar apenas três processos.

Tabela 1 - Estoque de contas não analisadas e não apresentadas, POR SERVIDOR EFETIVO, em quantidade e valor para cada instituição/fundo, em 31/12/2009. Total de servidores efetivos em cada órgão analisado, em 1º/12/2009

Instituição / Fundo	Contas não analisadas <i>per capita</i>		Servidores Efetivos
	Quantidade	R\$ milhões	
Fundo Nacional da Assistência Social	347	69	19
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	173	45	89
Fundo Nacional de Segurança Pública	126	162	5
Ministério do Turismo	92	22	18
Fund.Coord.de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	74	15	42
Financiadora de Estudos e Projetos	43	20	83
Ministério da Saúde	40	16	144
Ministério da Integração Nacional	34	33	59
Ministério do Esporte	27	15	52
Fundação Nacional de Saúde	11	4	300
Ministério do Desenvolvimento Agrário	7	3	43
Fundo de Amparo ao Trabalhador	4	12	36
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	3	2	172
Total da Amostra	42	15	1.061

Fonte: Dados informados pelos próprios órgãos federais. Síntese e Siafi Gerencial, dados tratados por TCU/Semag.

A partir dessas informações, o TCU recomenda aos seguintes órgãos responsáveis pelas maiores quantidades e soma de valores de contas ainda sem análise que adotem ações para reduzir o estoque de prestação de contas não analisadas: Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Integração Nacional, do Turismo, da Ciência e Tecnologia, da Saúde e do Esporte.

- **Acesse a íntegra do capítulo sobre Transferências Volutárias e para o setor privado na versão completa do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República: www.tcu.gov.br/contasdegoverno**